



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fluxos Migratórios e Políticas Sociais

Template – Trabalho Completo – Apresentação Comunicação Oral

**Políticas públicas, famílias imigrantes e acolhimento: relatos
de experiências no oeste de Santa Catarina**

Resumo: Este artigo objetiva relatar a experiência junto às famílias imigrantes que acessaram serviços de acolhimento público no oeste de Santa Catarina, com vistas a contribuir com subsídios para a prática profissional e a produção de conhecimento sobre a intervenção com as mesmas. Observou-se necessidade de políticas públicas especiais que sustentem as demandas dessas famílias, a importância do preparo técnico e da postura profissional empática diante destes novos usuários e a relevância de compreender estas famílias a partir de suas culturas, da história migratória e da dinâmica familiar. Identificou-se necessidade de estudos nacionais para compreensão da família imigrante no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Famílias imigrantes; Políticas públicas; Intervenção; Acolhimento.

Abstract: This article aims to relate the experience together with immigrants families that had accessed public reception services at Western Santa Catarina, aiming to contribute with subsidies to the professional practices and acknowledgment production about the intervention with them. The necessity of special public policies that sustain these families demands was observed together with the importance of technical preparation and empathic professional posture towards these new users and the relevance to understanding these families from their cultures, migratory history and family dynamics. The need for national studies to understand the immigrant families in the Brazilian context was identified.

Keywords: Immigrants families; Public policies; Intervention; Reception.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1. INTRODUÇÃO

A população haitiana destaca-se dentre os novos fluxos migratórios que chegaram ao Brasil nos últimos anos. A motivação para esta migração é a fuga de um contexto social precário e a busca por melhores condições de vida e de trabalho. O Brasil, a partir de 2010, entrou na lista de países de destino dessa população, por conta de um conjunto de fatores, como o fato de, naquele momento, ser um país em franco desenvolvimento econômico, notoriedade internacional que recebeu em decorrência dos eventos esportivos que sediou e a presença do exército brasileiro no país por meio da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), iniciada em 2004 (COGO, SOUZA, 2013; BARROS, MARTINS BORGES, 2018; ROMAN, MATOS, 2018).

De acordo com o Sistema de Tráfego Internacional (STI), entre 2010 a 2015, foi registrado a entrada no Brasil de 40.650 haitianos pelos aeroportos e 44.361 pelas fronteiras terrestres (BAEINGER; PERES, 2017). Assim, este fenômeno migratório fez com que diversas cidades e estados brasileiros recebessem estes migrantes, que até então não tinham expressividade numérica no país. Tratava-se, portanto, de um novo fluxo migratório.

A chegada destes milhares de haitianos ocasionou mudanças nas cidades e estados receptores. “Essas mudanças podem tomar uma direção positiva, de ampliação e enriquecimento cultural da sociedade, ou negativa, de enrijecimento e acirramento de preconceitos, de fronteiras nacionais e de políticas públicas que abarcam essa população” (DANTAS, 2015, p. 79). Diante destas mudanças, há o desafio de evitar que se transformem ou sejam consideradas mudanças negativas.

O Sul do Brasil destacou-se neste processo, recebendo imigrantes em diversas cidades para o trabalho, principalmente, na construção civil e agroindústria. Para Zamberlam *et al.* (2014), no estado de Santa Catarina, as maiores concentrações de imigrantes haitianos ocorrem nas cidades de Blumenau, Brusque, Chapecó, Criciúma, Florianópolis e Joinville.

A chegada de haitianos em Santa Catarina pode ser dividida em três momentos. No primeiro momento, entre 2010 e 2015, os haitianos foram trazidos por empresários para trabalhar em postos de trabalho com escassez de mão de obra, especialmente na agroindústria e construção civil. No segundo momento, por conta da rede de contato entre eles, outros imigrantes chegaram ao país e ao estado, convidados por aqueles que aqui já estavam. Nestes momentos a população era majoritariamente masculina. No terceiro



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

momento, especialmente a partir de 2015, observa-se a chegada de mulheres haitianas, esposas ou familiares dos homens haitianos que aqui já estavam. Embora os dados sejam imprecisos, estima-se que em 2018 residam em Santa Catarina 6 mil haitianos. (RISSON, 2016; BERNARTT *et al.*, 2015)

No oeste Catarinense, a principal cidade que se tornou receptora de haitianos foi Chapecó, onde, no auge no fluxo migratório, em 2015, residiam aproximadamente 3.000 haitianos. Além de Chapecó, também identifica-se a chegada de haitianos em Águas de Chapecó, São Carlos, Nova Erechim, Xaxim, Concórdia, Joaçaba e Videia. O número total de imigrantes no estado é impreciso, fator que se justifica pela própria dinâmica da imigração haitiana dentro do país e pela falta de controle de registro de permanência destes imigrantes. (RISSON, 2016)

Independente do atual contingente numérico de haitianos no Brasil e em Santa Catarina, estes novos imigrantes colocam inúmeros desafios para os órgãos públicos brasileiros, especialmente ao poder público municipal, onde as demandas dos imigrantes desaguam. Além disso, dezenas de imigrantes haitianos, especialmente os solicitantes de reunião familiar, escolheram cidades catarinenses para fixar residência e reconstruir suas vidas. Há, portanto, novos desafios para acolher estes novos cidadãos.

O desafio posto pelo processo migratório haitiano em nível nacional e a experiência de intervenção como profissional, voluntária e pesquisadora na rede de atendimento público no oeste catarinense motivaram a sistematização e construção deste trabalho. As reflexões aqui presentes visam sinalizar possibilidades e recursos no contexto do trabalho com famílias imigrantes. Assim, nosso objetivo é relatar a experiência junto às famílias imigrantes que acessaram serviços de acolhimento público no oeste catarinense, com vistas a contribuir com subsídios para a prática profissional e produção de conhecimento sobre a intervenção com as mesmas.

2. A FAMÍLIA IMIGRANTE

Os desafios impostos pelas migrações ultrapassam as estruturas sociais, econômicas e governamentais. As migrações impõem novas dinâmicas de funcionamento nas famílias, sejam aquelas em que todos seus membros migram para um novo país, sejam aquelas em que parte dela permanece e a outra migra.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Famílias imigrantes podem ser definidas como aquelas em seus membros conseguem manter-se juntos ou se reencontrar em um novo local que não aquele onde se constituíram como família (COGO, 2017).

Os desafios, mudanças e responsabilidades para os responsáveis desta família imigrante deixam de restringir-se a um membro – como quando se migra sozinho – e são ampliados para todos integrantes do grupo familiar. Não é uma pessoa que busca por melhores condições de vida, é a família inteira. Mudar-se de um país para outro impõe aos imigrantes múltiplas mudanças, como “ajustar-se a um novo local, aprender novos códigos sociais, pois sua forma de agir não mais corresponde ao entorno. O que antes era rotina torna-se um desafio diário” (DANTAS, 2015, p. 77). Nesta direção, Sluzki (2003, p. 423) compreende que “a migração inevitavelmente sobrecarrega os membros de qualquer família, especialmente o casal parental”. Isso porque a imigração “reorganiza a descrição dos problemas e a variedade das potenciais soluções” (ibid.).

Neste reajustamento familiar, na vida em outro país, “a dinâmica familiar e pessoal dos migrantes pode se modificar tornando possíveis diferentes modos de funcionamento a serem estabelecidos entre seus membros” (BECKER; MARTINS BORGES, 2015, p. 181).

Entende-se que

[...] é a equação entre o imigrante, seu país de origem, sua família de origem e o país de adoção que vai orientar a experiência imigratória como mais ou menos negativa ou positiva. Trata-se evidentemente de problemática com múltiplas variáveis, que vai ser influenciada por: idade, sexo, posição do sujeito na família de origem, nível de instrução, condição social, rede social de compatriotas e motivações da imigração. Além desses fatores, cada imigração é vivida de maneira singular por cada imigrante, pois dois membros da mesma família, que fizeram juntos o deslocamento imigratório, podem ter experiências imigratórias diversas quanto à tonalidade emocional. (DAURE, REYVERAND-COULON, FORZAN, 2014, p. 105-106).

McGoldrick (1989/2001, p. 77) compreende que as migrações exigem reajustamento familiar, “que afetará os membros da família de modo diferente, dependendo de sua fase de ciclo de vida no momento da transição”. Assim, lidar com a reorganização familiar, inserir-se na nova dinâmica social e esperar por dias melhores, faz parte dos desafios de milhares de famílias que são atravessadas pelas migrações.

3. DEMANDAS, EXPERIÊNCIAS E INTERVENÇÕES COM FAMÍLIAS IMIGRANTES

Zeni e Filippim (2014, p. 25) consideram ser “emergencial formular e implementar uma política pública social dos migrantes que chegam no Brasil, particularmente daqueles



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

que precisam ser acolhidos por razões humanitárias como é o caso dos haitianos”. Portanto, independente da nacionalidade dos imigrantes e do destino, as migrações internacionais impõem novos desafios ao poder público brasileiro.

Conhecer o fenômeno migratório, e as especificidades de cada um deles, é imprescindível, especialmente para criar estratégias de intervenção quando necessário. No que tange aos locais receptores, os desafios estão nas iniciativas de reorganização interna, política e social, na tentativa de responder às necessidades e às expectativas das populações migrantes e sua integração à população local, entre outras (TOPA, NEVES; NOGUEIRA, 2013).

Nossa experiência com famílias imigrantes deu-se no auge do fluxo imigratório de haitianos para o oeste catarinense, em 2014. Um conjunto de profissionais, voluntários e interessados em contribuir na compreensão deste fenômeno organizaram o Grupo de Estudos sobre Imigrações para o Oeste de Santa Catarina – GEIROSC, atualmente vinculado a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. As primeiras reuniões aconteceram nas dependências do Centro de Referência em Direitos Humanos Marcelino Chiarello – CRDH, da UFFS. O grupo não se limitou ao estudo e tornou-se referência regional no atendimento de imigrantes, mesmo sem possuir, no início, formalização institucional para sua existência. As ações do GEIROSC visavam a melhoria da condição de vida dos imigrantes, sensibilização da comunidade local quanto ao acolhimento dos imigrantes e aprofundamento científico em relação ao fenômeno imigratório. Atualmente, além do GEIROSC, os imigrantes residentes em Chapecó e região, contam com o acolhimento do CRDH – UFFS e da Pastoral do Imigrante.

Dentre as demandas apresentadas pela população haitiana, encontram-se aquelas relacionadas à saúde. Identificaram-se que as principais necessidades em saúde se referem a atualização do quadro vacinal (necessário para a contratação nas empresas) e atenção à saúde de gestantes haitianas. Estas demandas, em sua grande maioria, são atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), apresentando novos desafios no cotidiano de trabalho na saúde pública. (RISSON, LIMA, MATSUE, 2018)

Em relação as haitianas gestantes, percebemos que em diversas cidades brasileiras (SANTOS, 2015; MADI; CASSANTI; SILVEIRA, 2009; MARTES, FALEIROS, 2013), a gestação é um importante fenômeno de aproximação das mulheres imigrantes com os serviços de saúde do SUS. Esta aproximação não é exclusivamente da gestante, mas de seu companheiro, seus filhos já nascidos e do que está para nascer.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Estas demandas relacionadas a gestação e a saúde feminina motivaram a elaboração de dois eventos em Chapecó. Em 2014 aconteceu o 1º Diálogo com mulheres imigrantes sobre saúde feminina: cuidados e prevenção, organizado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos Marcelino Chiarello, da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Seu objetivo foi acolher as demandas, responder as dúvidas das mulheres imigrantes, além de firmar um compromisso de manter um trabalho mais constante com elas e trabalhar na perspectiva de redes em saúde. E em 2017 aconteceu o I Encontro de Gestantes haitianas, organizado pela equipe do Programa Infância Mais Amor e Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), da Secretaria Municipal de Chapecó, com o objetivo de repassar informações quanto aos cuidados durante a gestação e puerpério. Ambos eventos são resultados de inúmeros esforços e contribuíram com o acesso a informações em saúde por parte das haitianas e ampliaram a compreensão de como está organizada a saúde pública no Brasil.

Em 2018, no I Seminário Migração, Interculturalidade e Direitos Humanos, organizado pelo Grupo de estudos sobre imigrações para o oeste de Santa Catarina – Geiosc, vinculado a UFFS, inúmeras iniciativas e práticas foram socializadas quanto ao acolhimento de imigrantes. Dentre elas, o trabalho de uma Enfermeira, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Chapecó, com haitianas gestantes. Ou seja, iniciativas que começaram de forma voluntária e pontuais, agora estão institucionalizadas no serviço de saúde.

Em uma sociedade multicultural, como podemos caracterizar o Brasil e suas cidades, para atender humanamente imigrantes torna-se imprescindível, conforme Granada et al. (2017, p. 291) compreender as especificidades da população migrante, promover equidade no acesso aos serviços de saúde, enfrentamento das “desigualdades, discriminação e preconceito, desenvolvimento das políticas públicas e oferta de serviços adaptados às novas demandas dos imigrantes”.

As demandas também surgem no contexto da atenção psicossocial. Por exemplo, quando os imigrantes se enquadram nos critérios do Programa Bolsa Família, devem ser incluídos no Cadastro Único de Programas Sociais. Ainda, “nos municípios onde houver presença de migrantes é importante que tanto o PAIF quanto o SCFV planejem ações que busquem incorporar esses públicos nos serviços, facilitando a criação de vínculos desse público com a comunidade local e diminuindo a sua vulnerabilidade” (BRASIL, 2016, p.14).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Observou-se que a inclusão de imigrantes nos programas sociais de assistência social foram imprescindíveis para sua sobrevivência, especialmente com as demissões de trabalhadores nas agroindústrias em decorrência da crise econômica brasileira que atingiu diversos setores produtivos.

Diante do alto número de haitianos na cidade de Chapecó, oeste de Santa Catarina, a Secretaria Municipal de Assistência Social contratou um haitiano para auxiliar as equipes nas ações de acolhimento e comunicação junto à comunidade de imigrantes. A decisão e postura da Secretaria objetivou qualificar a atenção profissional aos usuários imigrantes que, dentre outras dificuldades, é perpassada pela dificuldade de comunicação ocasionada pela barreira linguística.

Além da inclusão dos haitianos nos serviços de acolhimento para imigrantes, em dezembro de 2018, aconteceu em Chapecó a I Festa de Natal da Família Imigrante, que reuniu aproximadamente 400 imigrantes. O evento foi resultado de uma soma de esforços, de diversas entidades públicas e privadas da cidade, dentre elas: Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundação Aury Bodanese, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e NSC TV. No evento, além da confraternização, foi realizada coleta de informações para atualização cadastral dos imigrantes na cidade.

Em 2019 faz sete anos que os haitianos começaram a chegar em cidades do oeste catarinense de maneira expressiva. Desde então, enquanto profissional, voluntária e pesquisadora acompanho as dificuldades enfrentadas e avanços conquistados no acolhimento e atendimento destes imigrantes. O conjunto de experiências permitiu nestes anos como voluntária, profissional e pesquisadora identificar a criação de ações e estratégias para o atendimento destes imigrantes, o qual só foi possível pelo engajamento de diversos atores.

4. CONTRIBUIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO JUNTO A IMIGRANTES

O acolhimento e atendimento aos imigrantes exige investimento do poder público na qualificação de seus profissionais e na criação de políticas públicas específicas e ações para atendimento desta população. Os profissionais, pesquisadores, voluntários, ativistas e os próprios imigrantes possuem papel fundamental na construção de políticas públicas. A medida que estes agentes levantam e problematizam as demandas dos imigrantes, criam-se elementos que sustentam a implementação de ações ou políticas públicas.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

No atendimento de imigrantes, torna-se necessário que os profissionais estejam sensibilizados quanto à importância de sua postura no atendimento destes novos usuários. Nesta direção, “a imigração é um evento complexo que demanda adaptação não somente ao imigrante, mas também da sociedade de acolhimento através dos profissionais que a representam.” (DAURE, REYVERAND-COULON, FORZAN, 2014, p. 106).

Assim, os profissionais, operadores das políticas públicas, precisam atentar-se em sua atuação “para melhor informar a oferta de serviços sociais, médicos e educacionais que estejam em sintonia com as necessidades especiais dos imigrantes” (FELICOV, 2016, p. 297). As experiências com os imigrantes indicaram que a atuação técnica dos profissionais é indispensável, mas a escuta ativa e a empatia humanizam as práticas junto aos imigrantes.

Em se tratando de atendimento de famílias imigrantes, é imprescindível considerar a imigração como um fator de estresse e mudanças na dinâmica familiar (FELIVOC, 2016). Além disso, cada família imigrante que necessita de atendimento para atendimento é permeada por diversos fatores religiosos, sociais e culturais que podem ser diferentes daqueles do país receptor, características estas que ultrapassam a da nacionalidade.

Em relação às questões culturais, na intervenção com a população imigrante, independente da nacionalidade, faz-se necessário atentar-se a estas características que permeiam a relação dos imigrantes com nacionais, comunidade, políticas públicas e profissionais da saúde. A pesquisa de Queiroz (2008) aponta como a manifestação de preconceitos por parte dos moradores nativos da cidade pode dificultar a reconstrução de novas redes sociais para os migrantes. Já a pesquisa de Risson (2016) indica como a postura do profissional, permeada pelas questões culturais, pode interferir negativamente na criação de vínculo entre imigrantes e trabalhador da saúde.

Considerando que a imigração interfere diretamente na vida das pessoas e na dinâmica das famílias, faz-se necessário compreender a rede social significativa destas pessoas. Sluzki (1997) define as redes sociais como “a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade” (p. 41 - 42). Nas redes estão inclusos os vínculos interpessoais que abarcam a vida de uma pessoa, sejam eles: “família, amigos, relações de trabalho, de estudo, de inserção comunitária e de práticas sociais” (SLUZKI, 1997, p. 37). Portanto, entender como a rede social significativa dos imigrantes é composta pode auxiliar os profissionais a pensar em estratégias de intervenção, articulação ou ampliação da rede.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Exemplificamos a importância da compreensão das redes significativas com as experiências das gestantes bolivianas em São Paulo. Na pesquisa de Martes e Faleiros (2013) as bolivianas sinalizaram os familiares, os proprietários de oficinas de costura e os agentes comunitários de saúde como pessoas que integravam sua rede de apoio no processo de gestação. Ou seja, os familiares não foram os únicos atores importantes no processo de acesso e promoção de saúde destas gestantes bolivianas. Portanto, a maneira como a família imigrante irá lidar as questões da vida cotidiana também dependerá de como sua rede social está estabelecida no novo local de moradia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias imigrantes demandam de atenção e necessidades diferentes das famílias brasileiras. Suas demandas podem tensionar dispositivos presentes nas políticas públicas brasileiras, visto que possuem direito constitucional de acesso.

Entende-se como necessário a criação de políticas públicas e estratégicas específicas para acolhimento e atendimento desta população. Ainda, cumpre-se a necessidade de levar em conta que as dificuldades de acesso aos serviços públicos tendem a aumentar quando se está fora de seu país, distante de seu contexto social e cultural, sem poder contar com sua rede de apoio e com dificuldades ocasionadas pela barreira linguística.

No acolhimento e atendimento de imigrantes, os profissionais, operadores das políticas públicas, precisam estar preparados tecnicamente e sensibilizados quanto a importância de sua atuação com este público, através de um trabalho de reconhecimento de seus valores e estereótipos inerentes aos processos de intervenção.

Cabe, por sua vez, reconhecer que as famílias imigrantes possuem características e dinâmicas singulares que precisam ser consideradas pela sociedade receptora e, especialmente, pelos diversos profissionais que atuam com estas pessoas ou com o fenômeno migratório.

Conclui-se sobre a necessidade da produção de Identificou-se necessidade de estudos nacionais para compreensão da família migrante no contexto brasileiro, com o intuito de entender suas dificuldades, mudanças e dinâmicas familiares.

6. REFERÊNCIAS



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

BECKER, Ana Paula Sesti; MARTINS-BORGES, Lucienne. O Impacto das Redes Sociais no Processo de Migração Familiar. **Ayvu, Rev. Psicol.**, v. 2, n. 01, p. 161-185, 2015.

BAEINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.

BERNARTT, M. L. et al. Diáspora haitiana: primeiros estudos sobre impactos para o desenvolvimento urbano e regional nas regiões sul e norte do Brasil. **Cadernos Ceru (USP)**, São Paulo, v. 26, p. 101-125, 2015.

BARROS, A. F. O.; MARTINS BORGES, L. Reconstrução em movimento: Impactos do terremoto de 2010 em imigrantes haitianos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n.1, p. 157-171, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. O papel da assistência social no atendimento aos imigrantes. Brasília – DF, 2016.

COGO, Denise. Comunicação, migrações e gênero: famílias transnacionais, ativismos e usos de TICs. São Paulo, **Intercom—RBCC**, v.40, n.1, p.177–193, jan/abr. 2017.

DANTAS, S. Psicologia social e saúde: da dimensão cultural à político institucional. In: GUANAES-LORENZI *et al.* **Psicologia Social e Saúde: da dimensão cultural à político-institucional**. Florianópolis: Editora Abrapso, 2015. p. 72 – 91.

DAURE, Ivy; REYVERAND-COULON, Odile; FORZAN, Sabine. Relações familiares e migração: um modelo teórico-clínico em psicologia. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 26, n.1, p. 91-108, 2014

FALICOV, Celia Jaes. Processos das famílias imigrantes: uma estrutura multidimensional. In: WALSH, Froma. **Processos normativos da família: diversidade e complexidade**. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 297 – 323.

GRANADA, D.; CARRENO, I.; RAMOS, N.; RAMOS, M.C.P. Discutir sobre salud e inmigración en el contexto actual de intensa movilidad humana. **Interface (Botucatu)**, v. 21, n. 61, p. 285-96, 2017.

QUEIROZ, Ângela Hering de. Migração familiar: da quebra à reconstrução das redes sociais significativas. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de PósGraduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

MADI, Maria Carolina; CASSANTI, Ana Carolina; SILVEIRA, Cássio. Estudo das representações sociais sobre gestação em mulheres bolivianas no contexto da atenção básica em saúde na área central da cidade de São Paulo. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v.18, n. 2, p. 67-71, 2009.

MCGOLDRICK, Mônica. Etnicidade e o Ciclo de Vida Familiar. In: CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Mônica. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar – Uma Estrutura para a Terapia Familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989/2001.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

MARTES, A. C. B.; FALEIROS, S. M.. Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v.22, n.2, p.351-364, 2013.

RISSON, A. P. **Cartografia da atenção à saúde de imigrantes haitianos residentes em Chapecó – SC**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, 2016.

ROMAN, Darlan José; MATOS, Izabella Barison. **Imigração haitiana**: perfil, ambientação social e organizacional no oeste catarinense, política migratória e aspectos da história do Haiti. Joaçaba: Editora Unoesc, 2018.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos.; GOMES, Lais Barbosa ; MUNOZ, Bruna Lanzoni ; MAIA, Rodolfo Luiz almeida . Marcos regulatórios sobre relações raciais e racismo: instrumentos para atuação do(a) psicólogo(a). **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v. 2, num. esp., p. 16-27, 2015.

SLUZKI, Carlos. **A rede social na prática sistêmica**: alternativas terapêuticas. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SLUZKI, C. A migração e o rompimento da rede social. In: MCGOLDRICK, M. **Novas abordagens em terapia familiar**: raça, cultura e gênero na prática clínica. São Paulo: Roca, 2003, p. 414-424, 2003.

TOPA, Joana; NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Imigração e saúde: a (in)acessibilidade das mulheres imigrantes aos cuidados de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 328-341, 2013.

ZAMBERLAM, Jurandir *et al.* **Os novos rostos da imigração no Brasil**: haitianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Solidus, 2014.

ZENI, K.; FILIPPIM, E. S. Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 11 – 27, abr./jun. 2014.